

AS 2<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> COMISSÕES  
Em \_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
Protocolo Geral de Entrada  
Processo nº 002113  
Maceió, AL, 09/09/2015  
Assinatura: [assinatura]

ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
Gabinete Deputado Antonio Albuquerque

Em \_\_\_\_\_  
A PUBLICAÇÃO  
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 130 2015

**DETERMINA A COMUNICAÇÃO, POR PARTE DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS E POSTOS DE SAÚDE QUE INTEGRAM A REDE PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO, DA OCORRÊNCIA COM INDÍCIOS DE MAUS TRATOS QUE ENVOLVA A CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:**

**ART 1º** - Os hospitais, clínicas e postos de saúde que integram a rede pública e privada de saúde no Estado de Alagoas ficam obrigados a comunicar imediatamente, através de ofício, a Vara de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos, quando detectarem indícios de maus tratos em crianças, adolescente ou idosos.

PARAGRAFO ÚNICO – O ofício de informação dirigido à Vara de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos, deverá conter as seguintes informações.

- I – nome completo do menor ou idoso e qualificação se possível;
- II – qualificação do acompanhante no momento do atendimento;
- III – cópia completa do boletim de atendimento com os respectivos procedimentos adotados.

**ART 2º** - Em caso de descumprimento, sem justificativa, desta norma, o estabelecimento de saúde responsável pelo atendimento à criança, adolescente ou idoso incorrerá nas seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – pagamento de multa no valor de 50 UPFAL ( cinquenta Unidades Padrão Fiscal de Alagoas ) e, em caso de reincidência, o valor será cobrado em dobro, sendo prioritariamente destinado aos centros de apoio e de atendimento a criança, adolescente ou idoso no Estado de Alagoas.

**ART 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**ANTONIO ALBUQUERQUE**  
DEPUTADO ESTADUAL

## JUSTIFICATIVA

Os números recentes apontam um crescimento cada vez maior de episódios e barbáries cometidas contra crianças, adolescentes e idosos, que muitas vezes passam despercebidos pelas nossas autoridades, esta Lei é para tentar garantir que estes criminosos não fiquem mais impunes dos seus crimes.

Os idosos tomam-se mais vulneráveis à violência doméstica na medida em que necessitam de maiores cuidados. Apenas recentemente os maus- tratos contra o idoso passaram a ser reconhecidos como violência doméstica.

Nos casos de violência contra criança e adolescente, o olhar atento e crítico das equipes de saúde são fundamentais. Frequentemente, a criança ou adolescente maltratado traz consigo múltiplas evidências que podem estar relacionados a privação emocional, nutricional, negligência e abuso. Assim como a violência contra a mulher carrega a cultura do poder masculino, as crianças também enfrentam uma dificuldade cultural, a da educação por meio do castigo físico que pode se dar através da palmada ou com a utilização de instrumentos e objetos.

· Por tudo isso conto com o apoio desta casa, para a aprovação do presente projeto.

